

**Projeto Pégaso
apóia modernização
da indústria**

página 4

**Programa qualifica
fornecedores para
grandes grupos**

página 11

Preservação do futuro

**Protocolo de Kyoto gera
oportunidades de negócios para o Brasil**

página 6

Uma nova moeda no mercado internacional

A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto oferece oportunidades para a indústria brasileira

O Protocolo de Kyoto é um marco nas relações internacionais. Pela primeira vez, governos se unem para enfrentar os desafios da preservação ambiental, criando uma nova moeda de troca entre os países. A redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, além de contribuir para diminuir os malefícios causados ao meio ambiente, pode gerar riquezas e inovações para as nações que resolverem apostar nesse mercado.

A comercialização de créditos de carbono gera oportunidades de negócios para países em desenvolvimento, como o Brasil, que tem boas chances de se beneficiar com o protocolo. O País tem condições de criar um ambiente propício para que empresas invistam no desenvolvimento de tecnologias limpas, no uso de



FOTO: MIGUEL ÂNGELO

fontes energéticas renováveis e em reflorestamento.

O tratado ganha destaque na pauta de discussões da indústria brasileira. O Instituto Euvaldo Lodi tem importante papel nesse sentido ao aproximar a indústria das universidades e centros de pesquisa. A entidade, atenta a

essa nova realidade, identifica demandas e oportunidades para as empresas competirem nesse novo contexto histórico, que tem na preservação do meio ambiente o seu pilar mais importante.

O Protocolo de Kyoto é estratégico ao promover a cooperação e o compromisso de vários países e segmentos sociais, cientes de que a união é fundamental no combate aos problemas ambientais. A busca do desenvolvimento sustentável deve nortear ações e programas do governo, da sociedade e da indústria. Todos precisam assumir esse compromisso.



Carlos Cavalcante
Superintendente do IEL

Selo de qualidade para IEL-RN

Entidade é a primeira prestadora de serviços na área de estágio a receber certificação no Estado

O programa de estágios do IEL do Rio Grande do Norte recebeu da Bureau Veritas Quality International (BVQI), do Rio de Janeiro, a certificação de qualidade NBR ISO 9001:2000. “A ISO é muito importante porque reforça o diferencial do IEL nessa área e atesta a qualidade do trabalho que desenvolvemos”, afirma a superintendente do IEL-RN, Célia Ribeiro. A instituição é a primeira prestadora de serviços dessa área a receber esse certificado no Estado.

A superintendente explica que a implantação da ISO 9001:2000 permitiu constatar a satisfação dos clientes – empresários, professores e estudantes/estagiários –, que têm suas necessidades identificadas e atendidas, e o aprimoramento do serviço de intermediação do estágio. Em 2004, aproximadamente 300 empresas, instituições e órgãos públicos conveniados ao IEL-RN receberam 2.398 estudantes de nível superior e 2.532 do nível médio e do ensino técnico-profissionalizante.

“Os estagiários indicados pelo IEL apresentam ótimo desempenho. Por isso, costumamos contratá-los quando termina o contrato de estágio”, afirma o psicólogo da Vicunha Têxtil

Isaumir de Carvalho. Segundo Carvalho, a empresa oferece estágio, principalmente, nas áreas de engenharia, administração e psicologia. “Devemos contratar, em breve, quatro dos seis estagiários de engenharia têxtil que trabalham conosco hoje”, conta.

OPÇÕES

Para a superintendente, as ações desenvolvidas em paralelo à oferta de estágio também foram importantes na conquista do certificado. O IEL oferece se-

minários sobre temas relacionados aos interesses das empresas e dos estudantes, sessões de orientação profissional para os alunos e as Bolsas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (Bitec). Essas bolsas permitem a transferência de conhecimentos acadêmicos para as empresas, aumentando a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento tecnológico.

Outro diferencial do IEL-RN são as Visitas Técnicas, realizadas por seus técnicos às instituições de ensino médio e superior para fazer palestras sobre o processo produtivo das empresas. O objetivo dessas apresentações é possibilitar que as escolas aprimorem o conteúdo das aulas. Em 2004, foram feitas 17 visitas.

Além disso, a instituição criou o Fórum de Estágio do Rio Grande do Norte. Integrado por 28 especialistas da área de estágio, o Fórum assessora universidades, escolas técnicas, estudantes e empresas interessadas em programas de estágios. “Isso mostra que o Sistema de Gestão da Qualidade do IEL-RN está voltado para os resultados, ao promover a melhoria contínua dos seus processos”, diz Célia.



FOTO: IEL - RIO GRANDE DO NORTE

Célia: o programa é reconhecido pela sua qualidade

Pégaso incentiva competitividade

Projeto piloto desenvolvido pelo IEL em Santa Catarina estimula a modernização das indústrias. Até agora, 133 empresas já se beneficiaram

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Santos: competindo com multinacionais

Depois de anos trabalhando com automação industrial na Maxi Eletro-automatização, Ricardo Santos e Anderson Spaceck estavam convencidos de que podiam desenvolver vários dos equipamentos dessa área que eram importados para atender o mercado local. Eles foram dos primeiros a se abrigar na incubadora de empresa de base tecnológica Midisul, em Criciúma, Santa Catarina. Precisaram de ajuda até para elaborar o plano de negócio, mas, em seis meses, estavam produzindo e vendendo seus primeiros aparelhos – fontes elétricas e para sensor, controles remotos industriais, etc.

“Conseguimos competir com multinacionais e grandes fornecedores de São Paulo porque ofere-

ceamos qualidade, preços de 20% a 40% menores, pronta entrega e assistência técnica mais ágil”, lembra Santos. Nascida em 1999, a Tecnnic Eletrônica Industrial tem hoje 173 clientes, vende para todo o País e vários dos componentes que desenvolve e fabrica integram equipamentos exportados.

OUTRO EXEMPLO

Mais espetacular é o caso da Pollux, fabricante de sistemas de visão industrial – sistemas informatizados que substituem a visão humana na inspeção da qualidade dos produtos. A empresa já tinha quase três anos, cinco sócios e dez funcionários quando se candidatou a entrar na incubadora Midiville, de Joinville.

“Achamos que seria bom contar com a infra-estrutura e a assessoria em *marketing* e na área comercial que eles ofereciam, mas acabou sendo mais importante a convivência com outras empresas de base tecnológica, num ambiente visitado por clientes e investidores dessa área”, lembra José Rizzo, presidente da empresa, que encontrou seu primeiro investidor de risco na incubadora. A partir daí, os negócios decolaram. Em seis anos, o faturamento cresceu 15 vezes, chegando hoje a R\$ 9 milhões.

A empresa, que antes da incubação trabalhava essencialmente para o setor farmacêutico, atende atualmente a indústria automotiva, de plásticos, alimentos, bebidas, vidro, aço e papel, entre outras. As exportações, inexistentes em 1999, hoje representam 10% do faturamento e a Pollux já tem sucursal no México e representantes na Argentina e Uruguai. “Dominamos o mercado sul-americano, com mais de 80 clientes, quase todos multinacionais”, diz Rizzo.

A Pollux e a Tecnnic são apenas duas de 133 companhias que se beneficiaram do *Pégaso*, projeto piloto que implantou três incubadoras de empresas de base tecnológica em diferentes pólos industriais de Santa Catarina. Idealizado e executado pelo IEL-SC, com a colaboração do SENAI e Sebrae, o *Pégaso* absorveu R\$ 3,5 milhões do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e uma contrapartida um pouco maior do sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

“O objetivo era estimular a modernização das indústrias do Estado. Fizemos, então, uma pesquisa sobre o perfil dos três pólos e projetamos incubadoras focadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas para os setores identificados”, explica Luciana Malagutti, coordenadora-geral do projeto, do IEL-SC. Com esse critério, foram planejadas três incubadoras.

AS INCUBADORAS

Em Joinville surgiu a Midiville, voltada para o setor eletrometalmecânico, de automação e matrizaria porque, na época, grandes montadoras estavam se instalando na região. Em Criciúma surgiu a Midisul, inicialmente projetada para atender a indústria de cerâmica e materiais da região, mas que logo, em função da demanda real, acabou concentrando empresas da área de automação e *software*. Já em Chapecó surgiu a Midioeste, dirigida para a agroindústria. Cada uma delas instalou-se no centro tecnológico do SENAI da região, especializado nas respectivas áreas.

Ao todo, as três incubadoras já tiveram 36 empresas residentes, que receberam desde assessoria para elaborar seu plano de negócios até subsídios para o aluguel das instalações, com toda infra-estrutura (internet, secretária, salas de reunião, laboratórios, etc.), além de cursos para formação de recursos humanos, assessorias e consultorias nas áreas jurídica, comercial, tecnológica, de *marketing* e de gestão. O projeto subvencionou ainda a participação das empresas em feiras e a elaboração de material promocional.



Maxi Eletro-automatção: qualidade e preços de 20% a 40% menores

Há dois anos, quando o projeto de apoio às incubadoras foi prorrogado em função dos bons resultados, decidiu-se ampliá-lo, criando a categoria de empresas associadas. O objetivo era atender a empreendimentos já existentes, sem interesse de instalar-se dentro da incubadora, mas que poderiam beneficiar-se muito com consultorias, assessorias e outros auxílios.

Noventa e quatro empresas já se beneficiaram desse novo tipo de apoio. Os resultados globais destes seis anos de projeto, que se encerrou em março, foram excelentes. Juntas, as três incubadoras – computando-se apenas empresas residentes – já

geraram 250 empregos diretos e tiveram um faturamento global que saltou de R\$ 2,35 milhões, em 1999, para R\$ 18,91 milhões no ano passado. Várias empresas incubadas já vendem para todo o País e algumas já começaram a exportar.

“O balanço é excelente. Com o apoio, a maioria das empresas decolou, beneficiando as cadeias produtivas locais com produtos tecnológicos mais baratos, mais adequados às suas realidades e com assistência técnica mais ágil”, diz Natalino Uggioni, coordenador setorial do *Pégaso* pelo SENAI. Ele destaca as sinergias positivas: “Além de compartilhar custos de instalações, assessores e consultores, muitas empresas descobriram que podiam compartilhar clientes, se associando para propor soluções completas”.

A integração das empresas incubadas com os centros tecnológicos do SENAI e os alunos de seus cursos também teve resultados positivos. “Os alunos convivem com a incubadora, viram funcionários das empresas, desenvolvem planos de negócio para ir para a incubadora”, conta Hildegard Schlupp, gestora da incubadora e do Centro de Tecnologias Eletrometalmecânicas do SENAI de Joinville.

EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO DAS INCUBADORAS (em milhões de reais)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Midiville	2,35	4	6	8	8,45 *	8,5
Midisul	--	--	0,68	1,8	5	6,65
Midioeste	--	--	--	0,075	0,48	3,76**

* as maiores empresas se graduaram

** o faturamento aqui inclui produtos das empresas incubadas que não foram desenvolvidos na incubadora

FONTE: SENAI e Midioeste

Bons negócios para o Brasil

País tem forte potencial para atrair investimentos por conta de oportunidades, como geração de energia renovável e eólica, aproveitamento de gases poluentes e reflorestamento



O Protocolo de Kyoto, em vigor desde o último dia 16 de fevereiro, formalizou uma nova forma de comércio internacional, o mercado de créditos de emissão de carbono demandado pelos países industrializados, que poluem mais e têm metas fixas de redução de emissões de gases poluentes até 2012, em relação às emissões verificadas em 1990. “O Protocolo é uma ótima oportunidade de negócio para o Brasil, pela diversidade ambiental e área de florestas”, afirma o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

O Protocolo, ratificado por 141 países, trouxe a expectativa de investimentos e oportunidades em projetos com Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (MDL). Apesar de entrar em vigor somente no mês passado, a indústria brasileira já vem se adaptando à nova realidade de oportunidades e estima-se que cerca de 50 projetos de MDL estão sendo desenvolvidos desde 1997, quando o Protocolo foi finalizado. O número exato de projetos é difícil de ser detectado porque as empresas divulgam seus planos somente quando estão com todas as projeções concluídas.

Mesmo assim, o Brasil é um forte atrativo de investimento por causa das diversas oportunidades de ne-

gócios, desde a geração de energia renovável (biomassa); geração de energia alternativa (eólica); aproveitamento de gases poluentes em aterros sanitários; reflorestamento; até mudanças em processos produtivos e nas modificações de combustíveis nos meios de transportes.

PIONEIRISMO

“O País é pioneiro em alguns projetos”, afirma Fernando Facchin, gerente de Serviços Técnicos e Tecnológicos do SENAI. “Setores da mecânica, co-geração de energia, plantio de florestas com certeza serão beneficiados com estas oportunidades. Países como a Áustria e o Japão já demonstraram interesse”, acrescenta Andrade.

No ano passado, o Instituto Euvaldo Lodi assinou com a CNI e com a Eletrobrás um Protocolo de Cooperação Técnica para implementação de um plano de trabalho voltado para o uso eficiente e racional de energia elétrica no setor industrial. No acordo está prevista a proposi-

FOTO: DIVULGAÇÃO



Andrade: possibilidade de negócios por conta da diversidade ambiental e área de florestas

TIPOS DE MDLs:

Energia eólica:

No caso da energia eólica, por exemplo, estima-se para o Brasil um potencial de exploração de 147 mil MW a partir dos ventos localizados principalmente nas regiões costeiras do Norte-Nordeste, área com baixo nível pluviométrico (chuvas). Dados mostram que, para cada mil MW gerados por meio dos ventos, evita-se a geração de 600 toneladas de CO₂, emissões que agravam o “Efeito Estufa”.

Empresas internacionais que já manifestaram interesse em investir no Brasil: Gamesa & Made (Espanha); Mitsubishi, Marubeni e Sumitomo (Japão). Vesta e Wegmicon (Dinamarca) e Nordex e Wobben Energy (Alemanha).



Campo de captação de energia eólica, nos Estados Unidos, nos moldes do que pode ser feito no Brasil

Energia e vapor gerados de biomassas:

O bagaço da cana constitui a principal biomassa utilizada nas usinas de açúcar e álcool em processo de co-geração de energia. Ou seja, com o próprio insumo do processo produtivo (no caso, a biomassa), gera-se energia suficiente para a mesma operação, criando uma reação cíclica.

Combustível limpo – álcool:

O avanço da tecnologia proporcionou a substituição do carburante de origem fóssil (gasolina) pelo uso completo ou parcial do álcool. Além disso, as mudanças de meios de transportes e de produção em curso no Brasil, com a substituição do óleo diesel pelo gás natural, garantem ao País a posição de liderança mundial na utilização de combustíveis não poluentes, que contribuem para a redução do efeito estufa. Dessa forma, o mercado brasileiro fortalece ainda mais sua posição no mercado mundial de venda de Certificação de Redução de Emissão de Carbono.

Aterros sanitários:

Apoiado por sistemas de tubulações, poços, sopradores e de queima, esses aterros permitem que gases resultantes da decomposição, como o metano, sejam recuperados e utilizados para geração de energia elétrica e calor/vapor, de uso microrregional.

Florestamento e reflorestamento:

Identificam-se no Brasil inúmeras oportunidades para utilização de mecanismos de flexibilidade, admitidos pelo Protocolo, a partir do reflorestamento para a geração de fotossíntese (aprisionamento do carbono e liberação do oxigênio).

ção de medidas para a geração de processos produtivos mais limpos e o desenvolvimento de ações para o aproveitamento energético vinculado ao uso ambientalmente responsável dos recursos naturais.

Também está previsto o desenvolvimento de ações de estímulo e indução à fabricação de equipamentos para o aproveitamento das fontes alternativas de energia. “Além de trazer oportunidades econômicas para a indústria, o Protocolo de Kyoto fortalece a consciência ambiental e a responsabilidade social”, afirma Josué Valadão, coordenador de Operações do IEL.

Alexandre Mello, analista de meio ambiente da CNI, ressalta que a partir de suas favoráveis condições ambientais e também de problemas localizados de preservação de meio ambiente, o Brasil pode inserir-se vantajosamente no atendimento das recomendações do Protocolo.

O presidente da Fiemg acredita que o Protocolo é um documento complexo e um projeto a longuíssi-

mo prazo, o que demandou tempo para que ele efetivamente entrasse em vigor. “Mas o Protocolo tem uma importância não somente pelo viés econômico, como na questão socio-ambiental”, acrescenta Mello.

Ao investir recursos financeiros em projetos “limpos”, países tradicionalmente poluentes, como os da União Européia, ganham crédito nas emissões dos gases. Ou seja, países que poluem muito podem comprar estes “créditos” não usados daquelas nacionalidades que “têm direito” a mais emissões do que o que normalmente geram.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Mello adverte, contudo, que os projetos somente são elegíveis com a adicionalidade e com base no desenvolvimento focado na área social, como trabalho com as comunidades.

“Os projetos têm de possuir uma adicionalidade, ou seja, um componente que, se for inserido no processo produtivo, demonstre ao final da produção o quanto de emissão se deixa de ter na produção se a nova tecnologia não fosse implementada. Além disso, as empresas sabem que os resultados dos projetos devem ter um impacto positivo na área social”, explica.

Mello diz que a CNI divulgará ainda este ano um documento sobre o posicionamento da indústria e as oportunidades de mercado, identificando os mercados em potencial, os setores econômicos, estimativas de investimentos e demais orientações e informações que poderão ser utilizadas pelo setor.

Ainda este ano a CNI promoverá encontros e reuniões com empresários brasileiros para elaborar uma



FOTO: MIGUEL ÂNGELO

Mello: projetos devem ter impactos positivos na área social

posição oficial da indústria sobre o projeto de lei, em tramitação no Congresso, da política nacional de mudança climática.

Especialistas brasileiros, contudo, ainda são cautelosos em relação às perspectivas financeiras de investimentos no Brasil, mas estima-se que o Brasil possa ganhar algo em torno de 200 a 300 milhões de dólares anualmente com a comercialização de créditos de carbono. “Falam em muitos números, mas acho que ainda é cedo para chegarmos a um valor real. No entanto, sabe-se que, no último ano, muitos países industrializados estão investindo em nações como o Brasil”, afirma Alexandre Mello, da CNI.

Para não perder as oportunidades, as indústrias devem estar atentas a todos os requisitos e adequações exigidos pelo Protocolo, podem recorrer às consultorias que já existem voltadas exclusivamente para o tema. “Apesar disso, o Brasil se antecipou ao Protocolo, mesmo antes da ratificação da Rússia, em



ILUSTRAÇÃO: LIQUIDLIBRARY

novembro do ano passado”, afirma Facchin, do SENAI.

PRODUTOR DE FLORESTA

Sem dúvida alguma, o Protocolo será uma oportunidade única para as grandes empresas brasileiras, por terem mais condições de desenvolver projetos com MDL de grandes portes capazes de atrair investimentos. Mesmo assim, pequenas e médias empresas, de uma mesma região, podem se beneficiar, desde que as mesmas se reúnam em torno de um projeto comum, por exemplo. “Os pequenos produtores de florestas, por exemplo, podem se beneficiar com os créditos de carbono desde que se unam. Essas empresas podem ser beneficiadas em projetos de pequena escala também”, declara Mello.

Além disso, o Protocolo teve, de imediato, um papel importante para sensibilizar os países e a sociedade civil no mundo inteiro sobre a questão

do meio ambiente em relação à emissão dos gases. Apesar de poder poluir mais que outros países, pelo histórico industrial, o Brasil, por meio de sua indústria, tem consciência que, em um segundo momento, terá que cumprir metas para reduzir as emissões. “Não temos ilusão quanto a isso”, afirma Mello.

As discussões sobre o Protocolo de Kyoto terminaram em 1997, com base nos princípios do Tratado da ONU sobre Mudanças Climáticas, de 1992. Apesar de ter sido concluído em 1997, o documento ganhou força somente no ano passado, com a ratificação pela Rússia. Foi identificado que era necessário que o tratado reunisse os responsáveis por pelo menos 51% das emissões.



FOTO: LIQUIDLIBRARY

A meta de redução dos gases varia de acordo com cada signatário. Os países da União Européia, por exemplo, precisam cortar 8% de suas emissões. O Japão tem meta de 5%. Os Estados Unidos, país que não assinou o acordo, são responsáveis por 40% dos gases causadores do efeito estufa e prevêem um aumento de 35% em 2012.

Em Minas Gerais, pioneirismo

Mesmo antes da entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, a empresa siderúrgica Plantar, da região de Curvelo, em Minas Gerais, já desenvolvia um projeto de crédito de carbono, financiado pelo Fundo Protótipo de Carbono (PCF) do Banco Mundial. No processo de produção do ferro-gusa, o carvão mineral (fóssil) foi substituído pelo carvão vegetal (energia renovável). “Somos o primeiro projeto no Brasil financiado pelo Fundo”, afirma Fábio Max, o gerente.

Para se ter uma idéia da dimensão da proposta, para cada tonelada de ferro-gusa feita com carvão vegetal, há um ganho ambiental de três toneladas de dióxido de carbono, em comparação ao uso do carvão fóssil, mais utilizado pela indústria brasileira. O projeto utiliza essencialmente o reflorestamento sustentável

para promover a substituição energética. “A substituição desses dois tipos de carvão será um foco importante com o Protocolo. Será uma tendência da indústria nacional”, acrescenta o presidente da Fiemg, Robson Andrade. Foram investidos US\$ 50 milhões ao longo de 28 anos de duração do plano, quando a emissão de carbono será reduzida em 12,8 milhões de toneladas na atmosfera. O PCF, do Banco Mundial, comercializa os créditos de carbono com 17 empresas de seis países. O empreendimento é pautado em altos padrões de sustentabilidade, contando com diversos indicadores sociais e ambientais, como o monitoramento da biodiversidade nas áreas de plantios e reservas. Além disso, foram gerados mais de 1,2 mil empregos diretos em áreas rurais. O Projeto Plantar foi um dos cinco primeiros do mundo a serem escolhidos pelo PCF/Banco Mundial.

Projeto Estrada Real



FOTO: DIVULGAÇÃO

IEL dará apoio a novos projetos

O Instituto Euvaldo Lodi passa a integrar o comitê gestor do Projeto Estrada Real, em conjunto com o Instituto Estrada Real, o Sebrae, o Ministério do Turismo, o Instituto Hospitalidade e Fazendas do Brasil. Dentre as ações a serem realizadas pelo IEL, destaca-se o Projeto de Desenvolvimento de Produtos Turísticos, que tem o objetivo de desenvolver micros e pequenas empresas da região por meio do estímulo ao empreendedorismo e apoio à gestão empresarial.

Pós-graduação em RH, no Piauí

O Curso de Pós-graduação Especialização em Administração de Recursos Humanos para Micro, Pequenas e Médias Empresas foi implantado na cidade de Parnaíba (PI) graças à parceria entre a Federação das Indústrias (Fiepi), IEL-PI e a Universidade Federal do Piauí (Ufpi). A aula inaugural foi realizada no dia 14 de fevereiro, no auditório da Fiepi, e contou com a presença dos 47 alunos matriculados, professores e representantes da Fiepi, do IEL e da Ufpi. O curso de Especialização terá duração de 16 meses, com carga horária de 450 horas.

Pedagogia Empreendedora

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) lançou o programa Pedagogia Empreendedora. Desenvolvida pelo professor Fernando Dolabela, a iniciativa levará a educação empreendedora para alunos da Rede SESI de ensino. São estudantes da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio, com idade entre 4 e 17 anos. A adoção dessa metodologia é a primeira ação do Projeto ESempreendedor, lançado pelo Sistema Findes, em dezembro. O objetivo do ESempreendedor é aumentar o IDH do Espírito Santo dos atuais 0,746 para 0,90 (índice de países desenvolvidos) até 2025.

Feira de Produtos Orgânicos

A Biofach, mais importante feira de produtos orgânicos do mundo, foi realizada no mês de fevereiro, em Nuremberg, Alemanha. Na edição deste ano, o tema do evento foi o Brasil. Sob a coordenação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil), cerca de 100 empresas brasileiras de pequeno, médio e grande portes ocuparam uma área de 755 m², três vezes maior que a do ano passado. Entre as novidades expostas no pavilhão brasileiro destacaram-se o camarão, os óleos e os tecidos orgânicos. Esta foi a maior participação do Brasil no evento desde 2002.

Competitividade em Goiás

FOTO: SÍLVIO SIMÕES



O IEL-GO assinou convênio com o Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento dos setores moveleiro, no município de Valparaíso; vestuário, em Águas Lindas; artesanato mineral, em Cristalina; quartzito, em Pirenópolis; e fruticultura, em Luziânia. A iniciativa, segundo o presidente Fieg, Paulo Afonso Ferreira (na

foto, discursando), vai propiciar a geração de emprego, crescimento da renda e bem-estar social. O projeto tem o objetivo de dinamizar a economia local, dando sustentabilidade às atividades desenvolvidas nesses municípios e condições para que sejam mais competitivos, respeitando as potencialidades e vocações locais.

Certificação de fornecedores

IEL-ES, Findes e 12 grupos empresariais qualificam pequenas e médias empresas para atender demandas de grandes indústrias

Graças a uma iniciativa conjunta de grandes empresas, Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e o núcleo do Instituto Euvaldo Lodi no Estado (IEL-ES), micros, pequenas e médias empresas vêm recebendo oportunidade de fornecer às grandes indústrias. Por intermédio do Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores (Prodfor), mais de 200 fornecedores já foram qualificados.

O Programa foi criado em 1997, numa ação de 12 grandes grupos empresariais capixabas compradores de produtos, bens e serviços, Findes e o IEL. Os mantenedores são Aracruz Celulose, Belgo Mineira, Cesan, Chocolates Garoto, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce, Escelsa, Nexen Química, Petrobras, Samarco, Technip-Coflexip e Telemar.

O primeiro passo para uma empresa obter o certificado do Prodfor é ser indicada por uma das mantenedoras do programa. Com a indicação, o fornecedor deve se adequar aos requisitos do Sistema de Garantia da Qualidade de Fornecimento (SGQF). Para obter o Certificado de Fornecedor Qualificado, as empresas passam por um processo de avaliação, por meio de auditorias independentes, que analisam itens como organização interna, fornecimento de produtos e prestação de serviços.

Periodicamente, de acordo com os procedimentos específicos definidos

nas auditorias, verifica-se se os requisitos estabelecidos pelo programa estão sendo atendidos. Durante o período de adequação, as empresas recebem assistência e treinamentos. As que atenderem todos os requisitos definidos pelo SGQF, dentro dos prazos estabelecidos, serão submetidas a uma auditoria do Prodfor. Se aprovadas, receberão o Certificado de Fornecedor Qualificado.

OPORTUNIDADES

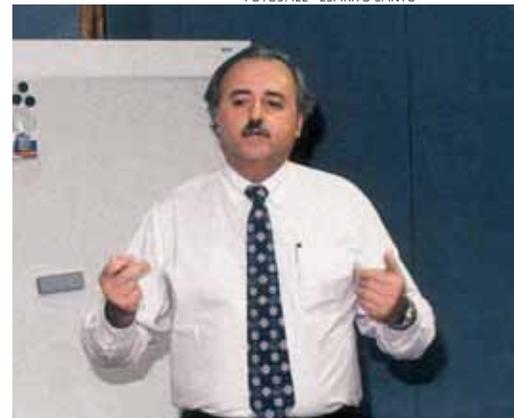
Para o superintendente do IEL-ES, Benildo Denadai, o Prodfor é um grande programa por se tratar de uma forma coletiva de aperfeiçoar os produtos e serviços recebidos pelas grandes empresas. "Ele dá oportunidade às micros, pequenas e médias empresas locais de fornecer às grandes empresas. E tem duas funções: uma econômica e outra social", disse.

O superintendente também destacou outro programa de qualificação, o Qualifor. Trata-se de um programa

setorial, voltado para a construção civil. "Já certificamos o primeiro grupo de empresas", informou.

A Chocolates Garoto é uma das 12 empresas componentes do Prodfor. Para o diretor-geral da empresa, Léo Leiman, "acreditar no Prodfor é parte de um dos nossos principais fundamentos: a qualidade. A preocupação em manter o alto nível de qualificação dos fornecedores se reflete nos resultados positivos que obtemos e no sucesso que fazemos com nossos consumidores", afirmou.

FOTOS: IEL - ESPÍRITO SANTO



Acima, Denadai: oportunidade para pequena empresa. Ao lado, seminário promovido pelo IEL reuniu grupo de fornecedores

Oportunidades para a indústria brasileira



FOTO: MIGUEL ÂNGELO

O Brasil é considerado o país que abriga a maior biodiversidade no mundo. Embora signatário do Protocolo de Kyoto, o Brasil não está comprometido em reduzir suas emissões de CO₂ e pode se beneficiar viabilizando inúmeros projetos, que contribuam para a redução de emissões de gases do efeito estufa.

O País poderá constituir-se em ativo participante do mercado mundial de negociação de Certificados de Reduções de CO₂, utilizando o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Mecanismo está cada vez mais demandado pelos países industrializados inscritos no Anexo I do Protocolo de Kyoto, comprometidos em reduzir suas emissões de CO₂. A área de energia “limpa” desponta como uma das mais atraentes, considerando-se as disponibilidades oferecidas pelas seguintes fontes:

- **Energia Eólica** – há estimativas de que o potencial de exploração eólica no Brasil possa alcançar cerca de 150 mil MW;

- **Biomassa** – originada pela fotossíntese, essa fonte energética já participa com quase 20% da matriz energética do Brasil;

- **Biocombustíveis** – como combustível para automóveis, o álcool possui inúmeras vantagens, como energia “limpa”, renovável e menos poluidora do que os derivados do petróleo, sendo ainda menos inflamável e tóxico, em relação à gasolina e ao diesel;

- **Biogás** – a produção de biogás utiliza uma tecnologia disponível e largamente conhecida;

- **Florestamento e Reflorestamento** – a fotossíntese dos vegetais permite o aprisionamento do carbono e liberação de oxigênio, constituindo, portanto, importante instrumento para redução das emissões de gases;

- **Co-geração** – a co-geração é um meio altamente eficaz de geração de calor e eletricidade. Substituindo o combustível fóssil com o calor que normalmente é dissipado no processo de geração de energia, esse sistema tem uma eficiência até mesmo quatro vezes superior ao convencional.

O mercado de crédito de CO₂ deve viabilizar um significativo volume de investimentos nos países emergentes. Só na Europa, 12 mil instalações industriais terão de reduzir suas emissões de gases. Portanto, vê-se a grande necessidade de disseminar as informações e oportunidades, na qual o setor produtivo e o governo poderão obter inúmeros benefícios em busca do desenvolvimento sustentável.

Maurício Mendonça,
coordenador da Unidade de
Competitividade Industrial da CNI

Gestão Industrial – Estão abertas as inscrições para o curso de Pós-graduação em Gestão Industrial, promovido pelo IEL-ES em parceria com a Faculdade de Vitória. O objetivo é preparar executivos para que tenham domínio de técnicas modernas de gestão industrial e possam aplicá-las em suas empresas, tornando-as mais competitivas e em melhores condições de gerar emprego e renda. As aulas terão início no dia 4 de abril e encerramento em setembro. Informações: (27) 3334-5750 ou int@findes.org.br

Móveis – Pernambuco sediará um dos grandes eventos moveleiros em 2005: a I Feira de Móveis para a Região Nordeste, de 26 a 30 de abril, em Olinda. A iniciativa da Associação Brasileira da Indústria de Móveis (Abimóvel) e do Sindicato das Indústrias de Móveis de Pernambuco (Sindmóveis) aumentará o intercâmbio comercial entre os fabricantes de todo o Brasil com lojistas do Nordeste. Também será realizado, durante o evento, o seminário Design de Mobiliário no Nordeste. Informações: www.movexpo.com.br

Couro e calçados – A Feira Internacional de Couro, Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes (Fimec 2005) será de 19 a 22 de abril, em Novo Hamburgo (RS). O evento é reconhecido mundialmente como um dos mais importantes do setor. Além da Feira, está programada uma série de eventos simultâneos, como palestras e congressos. Informações: www.fimec.com.br